

EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA – HEMOBRAS

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

EMPREGO

6

ANALISTA DE GESTÃO CORPORATIVA CONTADOR

CADERNO DE PROVAS – PARTE II CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, confira o número e o nome de seu emprego transcritos acima e no rodapé de cada página numerada com o que está registrado na sua **folha de respostas**.

AGENDA (datas prováveis)

- I **16/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **17 e 18/12/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **14/1/2009** – Resultado final das provas objetivas e convocação para a entrega da documentação para a avaliação de títulos e para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 - HEMOBRAS, de 20/10/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado de capitais no Brasil. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 51** Os saldos das reservas de capital referentes a prêmios recebidos na emissão de debêntures, existentes no início do exercício social de 2008, poderão ser mantidos nessa conta até a sua total utilização, na forma prevista em lei.
- 52** Deverão ser determinados os valores de todos os ativos e passivos, inclusive contingentes, identificáveis e passíveis de mensuração para efeito das operações de incorporação, fusão ou cisão, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle. Para o ano de 2008, nas operações citadas, os componentes deverão ser contabilizados pelo seu valor contábil histórico, respeitando o princípio contábil do custo como base de valor.
- 53** Os investimentos em coligadas e equiparadas que deixarem de ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial deverão excluir o valor do ágio ou do deságio não-amortizados, que influenciam o valor de custo para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável.
- 54** Enquanto a CVM não regulamentar acerca da avaliação de ativos e passivos caberá aos auditores independentes avaliar quanto à razoabilidade e pertinência as premissas e fundamentos apresentados pela empresa auditada que justificam as estimativas contábeis relativas ao cálculo dos ajustes a valor presente, inclusive as taxas de descontos adotadas.
- 55** Para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas deverão ser incluídos no resultado os encargos de tributos correspondentes ao lucro, mesmo advindos de resultados ainda não realizados.

O mercado de capitais foi apontado como um dos responsáveis pelo enriquecimento de diversos investidores nos últimos anos. O preço das ações e o volume de recursos aplicados aumentaram vertiginosamente e pessoas que jamais aplicariam seus recursos em renda variável foram convencidas pela alta expectativa de ganho. Acerca desse tema, julgue os itens a seguir.

- 56** No mercado de capitais brasileiro, é possível investir em ações individualmente ou em grupo. Os investimentos coletivos ocorrem quando os interessados adquirem cotas de clubes de investimentos ou de fundos de ações.
- 57** As operações realizadas no mercado à vista estão sujeitas a taxa de corretagem e liquidação, mas não pagam emolumentos. A taxa de corretagem é livremente pactuada entre o investidor e a corretora que ele contratou para operar e incide sobre o movimento total de compras mais vendas.
- 58** As companhias abertas propiciam alguns benefícios a seus acionistas. A bonificação é o recebimento de uma ação nova que é distribuída gratuitamente aos acionistas, obedecendo a proporção das ações possuídas originalmente.
- 59** A valorização e a liquidez das ações das empresas listadas no Novo Mercado são influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido pelos direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias.
- 60** A principal inovação do Novo Mercado da BOVESPA, em relação à legislação, é a exigência de que o capital social da companhia seja composto por parcela maior de ações preferenciais, em relação às ordinárias. Além dessa exigência, há outras que proporcionam maior segurança aos acionistas como, por exemplo, a realização de oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado.
- 61** A preferência de que goza o acionista para adquirir novas ações, lançada para venda pela empresa é denominada direito de subscrição.

As demonstrações contábeis são responsáveis pela evidenciação das informações aos usuários internos e externos. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 62** A demonstração do valor adicionado apresentará o fluxo de recursos gerados pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros. A parcela da riqueza não distribuída poderá ser observada na demonstração dos fluxos de caixa.
- 63** As transferências do resultado do exercício para reservas serão evidenciadas na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.
- 64** As participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, que não se caracterizem como despesa, serão evidenciadas na demonstração do resultado do exercício.
- 65** Serão evidenciados no balanço patrimonial, no grupo de resultados de exercícios futuros, os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar.

Acerca das peculiaridades das auditorias interna e externa, e de seus procedimentos, julgue os itens a seguir.

- 66** As demonstrações contábeis consolidadas e respectivas notas explicativas serão objeto de exame e de parecer de auditores independentes. A auditoria examinará o conjunto de demonstrações contábeis consolidadas e poderá estender-se para as demonstrações contábeis individuais das controladas, abertas ou fechadas, incluídas na consolidação, caso o auditor perceba que há essa necessidade.
- 67** A CVM tem o direito de examinar e extrair cópias de registros contábeis, livros ou documentos, inclusive programas eletrônicos e arquivos magnéticos, ópticos ou de qualquer outra natureza dos últimos cinco anos da companhia. A CVM não terá o direito de examinar os papéis de trabalho de auditores independentes, que são documentos sigilosos e de responsabilidade do auditor independente, em caráter permanente.
- 68** Na ausência de práticas contábeis estabelecidas, o auditor independente deverá buscar outras fontes possíveis, como, por exemplo, as normas legais ou regulamentares definidas por agências/órgãos reguladores.

69 As informações contábeis utilizadas pelos auditores internos devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis no fornecimento de evidências às conclusões e recomendações da auditoria interna. É responsabilidade do auditor interno a obtenção, análise, interpretação e documentação das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais para dar suporte aos resultados de seu trabalho.

70 A circularização é um dos procedimentos utilizados em exames de auditoria interna ou externa. A circularização negativa é utilizada quando há a necessidade de resposta da pessoa ou do departamento de quem se quer obter uma confirmação formal. Quando o pedido da circularização negativa é preto, não se coloca os valores nos pedidos de confirmação.

71 Apenas o exame de registros auxiliares não pode ser considerado suficiente para comprovar a ocorrência ou não de algum registro contábil. Assim, o uso dessa técnica deve ser sempre conjugado com o de outras para a comprovação da fidedignidade do registro principal.

Acerca da avaliação, contabilização e evidenciação de investimentos no país, julgue os itens a seguir.

72 Deverão ser apresentados nas notas explicativas das demonstrações contábeis consolidadas o montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das sociedades controladas em conjunto, bem como o percentual de participação em cada uma delas.

73 As importâncias aplicadas na aquisição de ações e outros títulos de participação societária, com a intenção de mantê-las em caráter permanente, seja para se obter o controle societário, seja por interesses econômicos, entre eles, como fonte permanente de renda, serão classificadas no subgrupo investimentos do ativo permanente.

74 Os investimentos em sociedades classificadas como coligadas serão evidenciados pelo seu custo de aquisição deduzido da provisão para perdas prováveis ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado.

data	operação	quantidade	valor unitário (em R\$)
1/9/2008	estoque inicial	20	12,00
7/9/2008	compra	34	13,00
10/9/2008	venda	42	45,00
12/9/2008	compra	12	15,00
13/9/2008	compra	10	16,00
20/9/2008	venda	31	42,50

Informações complementares:

- a empresa pagou R\$ 136 de frete sobre a compra do dia 7/9;
- a empresa pagou R\$ 336 de frete sobre a venda do dia 10/9;
- despesas operacionais do mês: R\$ 980;
- despesa de salários do mês: R\$ 320;
- realização de receita antecipada de serviços: R\$ 2.890;
- utilização de parcela do aluguel antecipado: R\$ 1.000;
- seguro sobre a compra de 12/9/2008: R\$ 48;
- seguro sobre a compra de 13/9/2008: R\$ 80.

Acerca dos sistemas de inventários existentes e da utilização de metodologias de controle de estoques e, a partir das informações e da tabela acima, julgue os itens a seguir.

- 75** O resultado bruto da empresa, segundo o UEPS, é R\$ 5.031,50.
- 76** O custo da mercadoria vendida, segundo o PEPS, é de R\$ 1.214.
- 77** O saldo de mercadorias disponíveis para revenda no dia 15/9/2008, segundo o UEPS, é de R\$ 612.
- 78** O resultado antes do imposto de renda, adotando o PEPS, é de R\$ 2.351,50.

A matemática financeira é uma ferramenta que influencia diretamente os registros contábeis das empresas. Acerca desse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 79** Na captação de um empréstimo de R\$ 23.000, uma empresa recebeu em sua conta corrente o valor do empréstimo descontado de R\$ 230 de taxa de abertura de crédito. O registro da taxa de abertura de crédito diminuirá o ativo circulante da empresa e também o passivo circulante, no momento de seu pagamento.
- 80** Uma empresa efetuou o pagamento de uma dívida fora da data previamente estabelecida. A dívida era de R\$ 12.400 e o pagamento ocorreu 10 dias após a data do vencimento. O credor cobra multa de 1% e juros de 3% ao mês. O registro correto do pagamento da dívida será:
- D Multas R\$ 124
D Despesa com juros R\$ 124
D Contas a pagar R\$ 12.400
C Disponível R\$ 12.648
- 81** Ao incorporar o valor dos juros ao empréstimo principal há um débito em despesa de juros e um crédito em empréstimos a pagar. No pagamento do empréstimo, já considerada a incorporação dos juros ao principal, o registro correto é a débito de despesas de juros e de empréstimos a pagar e a crédito de disponível.

mão-de-obra direta unitária	R\$ 3,80
matéria-prima unitária	R\$ 5,20
custos fixos	R\$ 14.000
preço de venda unitário	R\$ 50
despesas fixas	R\$ 4.500
veículos	R\$ 12.890
terrenos	R\$ 32.490
disponível	R\$ 3.340
capital social	R\$ 12.340

O estudo da relação custo-volume-lucro (CVL) é bastante útil na avaliação dos componentes de custo de fábricas e na elaboração do orçamento empresarial. Acerca desse assunto e a partir da tabela acima, que representa a estrutura de gastos para a produção e venda de 800 unidades, julgue os itens a seguir.

- 82** O ponto de equilíbrio apurado é inferior a 460 unidades.
- 83** Adotando um preço de venda de R\$ 42, o resultado obtido com a venda de 600 unidades é de R\$ 5.800.
- 84** Com uma variação favorável da mão-de-obra direta em 20%, o ponto de equilíbrio contábil estará entre 450 e 461 unidades.
- 85** O grau de alavancagem operacional apurado está entre 2 e 3,2.

RASCUNHO

Com relação a tributos, julgue os itens a seguir.

- 86** A contribuição de melhoria, instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, deve ser rateada pelos imóveis situados na zona beneficiada de forma diretamente proporcional ao valor de cada imóvel, constante da guia de recolhimento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).
- 87** Os tratados e convenções internacionais, embora possam ser utilizados como fonte subsidiária de normatização para a aplicação e cobrança de tributos, não integram o conceito de legislação tributária.
- 88** Quando uma pessoa física ou jurídica recorre à justiça contra a cobrança de determinado tributo ou a exigência de uma obrigação acessória, estará sujeita às alterações da legislação tributária enquanto a matéria estiver pendente de julgamento definitivo.
- 89** Se uma empresa adquirir um bem e protelar, por determinado tempo, sua instalação ou colocação em uso, não poderá deduzir da base de cálculo do imposto sobre a renda de pessoas jurídicas a quota de depreciação do referido bem entre o momento de aquisição e o de instalação ou colocação em uso.
- 90** Considere que uma empresa brasileira prestou serviços de consultoria em um país estrangeiro e pagou ao referido país imposto sobre a renda auferida. Nesse caso, a compensação do imposto pago no exterior com o imposto sobre o lucro real incidente no Brasil somente poderá ser feita quando o país em questão oferecer reciprocidade em relação às operações realizadas por suas empresas no Brasil.
- 91** O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) não incide sobre a saída do ouro das regiões de garimpo, desde que seja formalizado o compromisso de destiná-lo à administração e ao controle do Banco Central do Brasil ou à instituição por ele autorizada.
- 92** A natureza não cumulativa do ICMS é estabelecida pela autorização legal para a compensação do imposto devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, sendo permitido incluir nessa compensação as operações de entrada de bens destinados ao uso, consumo ou ativo permanente da própria empresa contribuinte.
- 93** O produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, de competência da União, será distribuído aos municípios da localização dos imóveis tributados, podendo a União dispor de uma parcela, não superior a 20% do imposto arrecadado, destinada ao custeio do respectivo serviço de lançamento e arrecadação.

No que se refere as diversas contribuições sociais, julgue os próximos itens.

- 94** As sociedades de crédito imobiliário e as cooperativas de crédito devem recolher, a título de contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas, quinze por cento do valor correspondente ao resultado do exercício, antes da provisão para o imposto de renda.
- 95** Apesar de a legislação vigente estabelecer a unificação dos fundos referentes ao Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), estes programas têm patrimônios distintos.
- 96** A partir do momento da publicação de sentença definitiva de liquidação extrajudicial ou de falência, as entidades referidas na sentença estão isentas do recolhimento da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS).
- 97** Considere que uma empresa tenha baixado como perda, um crédito contra um cliente que entrou em liquidação judicial e, ao final do processo, acabou recebendo uma parcela do referido crédito. Nesse caso, o valor recebido deve ser incluído na receita bruta, para efeito da cobrança da COFINS e do PIS/PASEP.
- 98** A remessa de valores ao exterior, referente a *royalties* pagos pelos direitos de exploração comercial de obra literária original, não constitui hipótese de incidência da contribuição de intervenção de domínio econômico (CIDE).

Julgue os itens a seguir acerca das operações financeiras diversas.

- 99** No caso de um contrato de arrendamento financeiro, a entidade arrendatária deve registrar a diferença entre o valor total das contraprestações, adicionado do valor residual, e o valor do bem arrendado como encargo financeiro a apropriar em conta retificadora das contraprestações e do valor residual.
- 100** Para que um contrato seja classificado como arrendamento financeiro, é necessário que o valor presente dos pagamentos não ultrapasse noventa por cento do custo do bem e que o prazo contratual seja inferior a setenta e cinco por cento do prazo de vida útil econômica do bem.
- 101** As demonstrações contábeis das entidades arrendadoras devem ser obrigatoriamente complementadas por notas explicativas que contenham as características gerais dos contratos de arrendamento operacional, segregando, por natureza, os bens arrendados, incluindo prazo, quantidade e montantes dos contratos.
- 102** O regime aduaneiro especial de *drawback* consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados, quando utilizados no beneficiamento, fabricação, complementação ou acondicionamento de produto exclusivamente destinado à exportação.

103 Se a operação de importação foi realizada em moeda de livre conversibilidade, mas a exportação subsequente será conduzida em moeda não-conversível, o regime de *drawback* não pode ser aplicado.

104 Em se tratando da importação de matéria-prima e outros produtos utilizados no cultivo de produtos agrícolas ou na criação de animais destinados à exportação, o regime de *drawback* é concedido exclusivamente na modalidade de suspensão.

105 Nas operações de *swap* de crédito, o valor recebido ou a receber referente à taxa de proteção pela recepção do risco de crédito deve ser registrado pela contraparte receptora do risco na data da contratação, no título contábil denominado derivativos de crédito – passivo, sendo apropriado como receita em razão do prazo de fluência do contrato.

106 Na apuração do resultado mensal das operações com instrumentos financeiros derivativos, a compensação de receitas com despesas anteriormente registradas pode ser feita em relação a todos os contratos, desde que se refiram ao exercício financeiro em curso.

107 Entende-se por *hedge* a designação de um instrumento financeiro derivativo com o objetivo de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura.

Quanto aos preceitos constitucionais de tributação, julgue os itens subsequentes.

108 A Constituição Federal reserva privativamente à legislação complementar a definição das hipóteses em que os empréstimos compulsórios poderão ser instituídos.

109 As contribuições de interesse das categorias profissionais somente podem ser cobradas depois de observados os princípios de legalidade, anualidade e anterioridade.

110 Um município não pode instituir uma taxa de limpeza e conservação de vias públicas que seja calculada sobre a área dos imóveis adjacentes às referidas vias.

111 Tendo em vista que a imunidade tributária sobre livros, jornais e periódicos tem por objetivo garantir a livre manifestação do pensamento, os insumos e equipamentos utilizados na produção das referidas obras também gozam do mesmo benefício.

112 Um município não pode cobrar da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a taxa para expedição de alvará de localização de agência postal, uma vez que a imunidade recíproca entre os entes da Federação é extensiva à administração indireta.

113 Somente a pessoa jurídica de direito público que tem competência constitucional para instituir um tributo detém, também, o poder de isentá-lo.

114 O serviço de inspeção da importação e exportação de produtos da indústria madeireira constitui caso típico de exercício do poder de polícia, que autoriza o Ministério do Meio Ambiente a instituir taxa destinada ao custeio das referidas ações públicas.

115 O IPTU, de competência dos municípios, deve obedecer ao princípio constitucional da progressividade, sendo graduado segundo a capacidade econômica do contribuinte.

No que se refere às normas constitucionais relativas às finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

116 Considere a seguinte situação hipotética.

Em decorrência da proximidade das festas de final de ano, um prefeito municipal decide liberar os recursos financeiros destinados à câmara de vereadores do seu município, referentes ao mês de dezembro, no dia 10 do referido mês. Nessa situação, ele poderá ter suas contas recusadas pelo respectivo tribunal de contas, por descumprimento de norma constitucional.

117 Uma lei ordinária que autorize o poder Executivo federal a criar, por decreto presidencial, um fundo destinado a financiar as ações em nível municipal de combate a proliferação da dengue deve ser considerada inconstitucional.

118 Apesar da vedação constitucional que lhe é imposta, para a concessão, direta ou indireta, de empréstimos ao Tesouro Nacional, o Banco Central do Brasil pode comprar títulos emitidos diretamente pelo Tesouro Nacional, desde que envolvam operações de refinanciamento a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

119 As isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia somente entrarão em vigor depois de regularmente autorizadas pela lei orçamentária anual.

120 Se o presidente da República enviar mensagem para propor modificação do projeto de lei orçamentária anual, antes que a matéria seja votada na Comissão Mista de Orçamento, poderá indicar como fonte de recursos para os novos gastos propostos a anulação de despesas previamente existentes, ainda que incidam sobre dotações de pessoal e serviço da dívida.